



## **Câmara Municipal de Cabo Frio**

Av. Assunção, 760 - São Bento - CEP: 28906-200 - CABO FRIO\RJ

CNPJ: 29.880.739/0001-17 - Tel: 22 26400700 - Site: [www.transparencia.cabofrio.rj.leg.br](http://www.transparencia.cabofrio.rj.leg.br)

PROJETO DE LEI Nº 0021/2026

Em, 04 de fevereiro de 2026

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR COBRANÇA DE INGRESSO PARA VISITAÇÃO EM PRÉDIOS, MONUMENTOS E ESPAÇOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO, COM ISENÇÃO PARA MORADORES DO MUNICÍPIO, DESTINA A ARRECADAÇÃO AO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir cobrança de ingresso para visitação em prédios, monumentos e espaços históricos, culturais e turísticos sob gestão do Município de Cabo Frio.

§ 1º A cobrança prevista no caput poderá ser aplicada, entre outros, ao Forte São Mateus, museus, centros culturais, sítios históricos e demais equipamentos públicos de relevante valor histórico, cultural ou turístico.

§ 2º O valor do ingresso, bem como eventuais gratuidades e descontos, serão definidos por ato do Poder Executivo, observados os princípios da razoabilidade, modicidade, acessibilidade e interesse público.

Art. 2º Ficam isentos do pagamento de ingresso os moradores do Município de Cabo Frio.

§ 1º A comprovação da condição de morador dar-se-á mediante apresentação de documento oficial que comprove residência no município, na forma a ser regulamentada pelo Poder Executivo.

§ 2º O Poder Executivo poderá conceder isenção ou descontos a outros públicos, tais como estudantes da rede pública, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos previstos em legislação específica.

Art. 3º Os recursos arrecadados com a cobrança de ingressos de que trata esta Lei serão integralmente destinados ao Fundo Municipal de Cultura, devendo ser aplicados prioritariamente em ações de preservação, manutenção, restauração, segurança, acessibilidade, promoção cultural e educação patrimonial dos bens históricos e culturais do Município.



### **Câmara Municipal de Cabo Frio**

Av. Assunção, 760 - São Bento - CEP: 28906-200 - CABO FRIO\RJ

CNPJ: 29.880.739/0001-17 - Tel: 22 26400700 - Site: [www.transparencia.cabofrio.rj.leg.br](http://www.transparencia.cabofrio.rj.leg.br)

Art. 4º A instituição da cobrança não poderá restringir o acesso da população local aos bens culturais, nem comprometer sua finalidade histórica, cultural, educativa e turística.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04 de fevereiro de 2026.

**ALFREDO LUIS NOGUEIRA GONÇALVES**  
VEREADOR(A)

### **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo Municipal a instituir a cobrança de ingresso para visitação em prédios e espaços históricos e culturais do Município de Cabo Frio, a exemplo do Forte São Mateus, assegurando a isenção total aos moradores do município.

A medida busca criar uma fonte sustentável de recursos para a preservação do patrimônio histórico-cultural, especialmente diante do elevado fluxo turístico que a cidade recebe ao longo do ano. A destinação integral da arrecadação ao Fundo Municipal de Cultura garante que os valores obtidos sejam reinvestidos diretamente em ações de conservação, valorização cultural, educação patrimonial e melhoria da infraestrutura dos próprios equipamentos culturais.

A isenção aos moradores reafirma o caráter público e identitário desses espaços, preservando o direito da população cabo-friense de acessar gratuitamente seu patrimônio histórico.

Trata-se, portanto, de uma iniciativa equilibrada, que fortalece a política cultural do município, promove o turismo responsável e assegura a preservação da memória e da identidade de Cabo Frio, sem onerar seus cidadãos.